

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

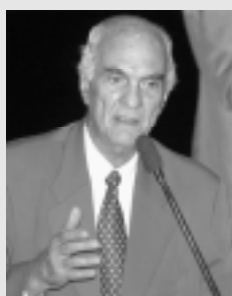
ANO VII – Nº 1.380 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 2001

## Senadores debatem veto a Filosofia e Sociologia

Decisão do presidente da República, contrária a projeto aprovado pelo Legislativo que tornaria as duas disciplinas obrigatórias no ensino médio, é criticada por opositores e justificada pelo líder do governo



Ademir Andrade conclama o Congresso a derrubar o veto presidencial



Saturnino diz que o governo tem "uma visão que privilegia o operacionalismo"



Álvaro Dias declarou-se surpreso com a posição adotada pelo governo



Artur da Távola defendeu o veto presidencial, classificando-o de "ponderado"

PÁGINA 5

### Plenário vota amanhã venda de crédito brasileiro com a Polônia

O Plenário do Senado deve votar amanhã pedido do governo para negociar no mercado internacional crédito de US\$ 3,4 bilhões que o Brasil tem junto à Polônia. Até 10% desse valor poderão ser usados na compra de armamentos.

PÁGINA 2



TV discute hoje problema da fome no Brasil

PÁGINA 6

**Comissões fazem audiência sobre a Alca**

PÁGINA 8

## Atividades da Abin podem ter controle parlamentar

Líderes das duas Casas do Congresso e presidentes das Comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara deverão integrar órgão proposto por Suplicy e outros senadores

As atividades da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), sucessora do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), podem ter fiscalização e controle de um conselho parlamentar cuja criação será discutida nesta semana pelo Órgão de Controle e Fiscalização Externos da Política Nacional de Inteligência, do Congresso Nacional. A proposta, apresentada pelo

senador Eduardo Suplicy e outros parlamentares, obriga a Abin a enviar ao conselho relatórios trimestrais de suas atividades. Integrado por líderes partidários e pelos presidentes das Comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara, o conselho poderá convocar autoridades ou servidores vinculados à inteligência para prestar esclarecimentos.

PÁGINA 3



### Tebet apóia propostas da bancada feminina

Representantes da bancada feminina no Congresso Nacional solicitaram ao presidente do Senado, Ramez Tebet, apoio aos projetos que visam melhorar as condições sociais e profissionais da mulher. Tebet prometeu empenhar-se pela votação das propostas.

PÁGINA 3

# Votação sobre crédito com a Polônia fica para amanhã

A pedido do relator Romero Jucá, Plenário adia decisão sobre pedido do governo para negociar no mercado internacional créditos de US\$ 3,4 bi

Atendendo a solicitação do senador Romero Jucá (PSDB-RR), o Plenário do Senado decidiu adiar para amanhã a apreciação de pedido do governo para negociar no mercado internacional créditos mantidos com a República da Polônia, no valor de



Romero Jucá explicou que precisava de mais tempo para examinar emendas

US\$ 3,4 bilhões. Jucá, que é o relator da matéria, explicou que precisa de tempo para examinar as emendas apresentadas pelos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Heloísa Helena (PT-AL).

Do total dos créditos do Brasil com a Polônia, até 10% poderão ser convertidos na compra de arma-

mentos destinados a reequipar unidades do Exército na Amazônia.

Também foi adiada a apreciação em Plenário da emenda constitucional que deixa a cobrança do ICMS sobre petróleo e seus derivados e de energia elétrica com os estados produtores, e não com os consumidores, como ocorre atualmente. A proposta será apreciada em 8 de novembro, por sugestão do próprio autor, Geraldo Melo (PSDB-RN).

Do mesmo modo, foi adiada para 26 de novembro a apreciação do projeto de lei da Câmara

que extingue benefícios de aposentadoria equivalentes à aposentadoria no setor público de funcionários das atividades notariais e de registro.

Também ficou adiada para 21 de novembro a apreciação do projeto de Osmar Dias (PDT-PR) que altera o sistema de correção monetária da renegociação das dívidas estaduais.

O Plenário aprovou a renovação de concessão à TV Bauru, permissão à CB Empreendimentos para explorar rádio FM em Santa Cruz do Capibaribe (PE) e permissão à Fundação Padre Libério para explorar rádio em FM em Pará de Minas (MG). Aprovou, ainda, requerimento de Ricardo Santos (PSDB-ES) solicitando que a Comissão de Educação analise o projeto de lei do Senado que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

## Senado envia ao Executivo nova versão do projeto que altera a Lei das S.A.

Uma nova versão do projeto que altera a Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976) será enviada ao Palácio do Planalto corrigindo lapso de redação cometido no texto que foi aprovado pelo Plenário do Senado, em 19 de setembro. A decisão foi tomada pelo presidente do Senado, Ramez Tebet, após consulta ao Plenário. A notificação pela correção do texto do artigo 7º do projeto de lei, aprovada por acordo de lideranças, foi sugerida pelo senador Bello Parga (PFL-MA), com o objetivo de evitar que uma interpretação diversa à da intenção do legislador pudesse interromper o processo de privatização nas estatais que já o

iniciaram.

Com essa providência, o texto fica sendo o mesmo que veio da Câmara dos Deputados, sem a alteração feita no Senado. Da forma como saiu da Câmara, o artigo 7º do projeto diz que "o disposto no artigo 254-A (da lei que está em vigor) não se aplica às companhias em processo de desestatização que, até a data da promulgação desta lei, tenham publicado o seu edital". A correção



Bello Parga propôs correção do texto para evitar interpretação equivocada

sugerida por Bello Parga consiste em trocar o termo "seu edital" por "o edital", tal como saiu da Câmara dos Deputados, sugerindo que a empresa pode ter publicado vários editais e não apenas um único e que se vier a publicar novo edital, já tendo iniciado o processo de privatização, isso não a enquadrará na nova legislação, já que o processo de privatização foi iniciado antes de que a nova lei entrasse em vigor.



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 2001

### PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

Previsão  
PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Hora da Expediente: Comemoração do Dia Mundial da Alimentação

Pauta: 7 itens, incluindo emenda constitucional que autoriza odontólogos a acumularem cargos públicos remunerados; emenda constitucional que regulamenta o acesso a documentos sigilosos; projeto que extingue cargos da Magistratura e do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar da União, entre outros.

Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: 4 itens, incluindo projeto que proíbe o registro de parentes como suplente de candidato a senador; emenda constitucional que institui a desapropriação de áreas que contenham plantações ilegais ou que explorem trabalho escravo, entre outros.

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: 4 itens, incluindo projeto que institui cota mensal mínima gratuita de água para consumo residencial unifamiliar; projeto que cria instrumentos legais de prevenção e repressão à falsificação de obras de artes visuais, entre outros.

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Terça-feira

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: 12 itens, incluindo projeto que institui o Plano Nacional de Bolsas de Estudo; projeto que obriga a União a ressarcir aos municípios e estados todas as parcelas retiradas durante a vigência do Fundo de Estabilização Fiscal, entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

10h – Comissão Mista da MP nº 2196-3 – estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais e autoriza a criação da Empresa Gestora de Ativos (Emgea)

Pauta: Audiência pública para discutir a MP. Entre os convidados Antônio Ernesto de Salvo, presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), e Manoel José dos Santos, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

14h – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: 2 itens, incluindo projeto que trata da política energética nacional. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13*

14h30 – Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Continuação da discussão do relatório preliminar relativo ao Orçamento da União para 2002. *Plenário 2 da Câmara dos Deputados.*

17h30 – Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: 2 itens, incluindo decreto legislativo que trata da cooperação mútua entre o Brasil e o Paraguai para combater o tráfico de aeronaves em atividades ilícitas transnacionais. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13*

17h30 – CPI das ONGs

Pauta: Depoimento do deputado Sérgio Carvalho, relator da CPI da Grilagem de Terras na Amazônia, da Câmara dos Deputados. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

Quarta-feira

9h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: 7 itens, incluindo o que concede licença-maternidade às mães adotantes ou que tenham obtido guarda judicial de crianças. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

17h – Reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Audiência pública sobre o tema Alca – A Retomada de uma Agenda, com a participação do ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

17h30 – Comissão de Fiscalização da Abin

Pauta: Discussão do regimento interno do órgão. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

Quinta-feira

9h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Audiência pública sobre o tema Política Brasileira de Incentivo às Exportações, com a presença do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Sérgio Amaral. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet

1º Vice-Presidente: Edison Lobão

2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares

1º Secretário: Carlos Wilson

2º Secretário: Antero Paes de Barros

3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti

Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto,

Maria do Carmo Alves e

Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona

Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Comissão da MP dos bancos federais ouve devedores

A comissão mista encarregada de analisar a medida provisória que estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais realiza amanhã, às 10h, audiência pública para ouvir presidentes de entidades que representam devedores do Banco do Brasil (BB) e da Caixa Econômica Federal (CEF).

A MP reestruturou as dívidas das instituições financeiras federais e permitiu a criação da Empresa Gestora de Ativos (Emgea), responsável pela recuperação de ativos do BB, da CEF e de outras entidades oficiais, como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco da Amazônia (Basa).

Entre os devedores das instituições, principalmente do BB e da CEF, estão os agricultores e os mutuários da habitação.

Foram convidados para a audiência pública os presidentes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e da Associação Brasileira dos Mutuários da Habitação. A comissão tem a deputada Yeda Crusius (PSDB-RS) como presidente e o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) como vice. O relator é o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

## Gás natural e carvão mineral podem ficar livres da Cofins

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) discute nesta quarta-feira, a partir das 17h30, parecer do senador Fernando Matusalém (PPB-RO) favorável ao projeto de lei do Executivo que reduz a zero as alíquotas dos programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a venda de gás natural e carvão mineral destinados à geração de energia elétrica.

A matéria tramita em regime de urgência e, antes de seguir para apreciação do Plenário, será submetida à Comissão de Assuntos Econômi-



Parecer de Fernando Matusalém é favorável à proposta

cos (CAE).

Na mensagem presidencial que encaminhou a proposta ao Congresso, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, justifica a necessidade de adoção da isenção das contribuições a essas atividades pela necessidade de o país incentivar a diversificação de sua matriz energética. Conforme o ministro, a medida vai implicar "ínfima perda de arrecadação", que será "plenamente compensada" pela sustentação da atividade industrial que será viabilizada pela oferta dessas fontes de energia, "uma alternativa relevante, no momento de enfrentamento da crise energética".

## Três propostas de emendas à Constituição serão discutidas

Três propostas de emenda constitucional estão entre as matérias que o Senado debaterá nesta semana, entre elas uma oriunda da Câmara, com votação prevista para quinta-feira, em primeiro turno, que autoriza os dentistas a acumular dois cargos públicos, o que já é facultado aos médicos e professores.

Outra proposta, de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA), que será votada quinta-feira em primeiro turno, desapropria terras onde se explore trabalho escravo, para utilizá-las na reforma agrária, priorizando o assentamento dos colonos ali explorados, sem qualquer indenização ao dono. A Cons-

tituição já impõe a perda da terra sem indenização ao proprietário que cultive plantas ilegais ou psicotrópicas.

Amanhã, será iniciada a discussão de proposta do senador Moreira Mendes (PFL-RO) estabelecendo que documentos sigilosos enviados ao Legislativo terão que ser destacados dos públicos. Segundo o senador, essa iniciativa resultou da preocupação com o fato de que, se revelar informações sigilosas recebidas no bojo de documentos públicos, o parlamentar incide na sanção da perda temporária do exercício do mandato, quando não sofrer punição mais grave.

# Congresso debate Política Nacional de Inteligência

Em pauta, criação de conselho para controlar e fiscalizar o setor e proposta do Executivo definindo os objetivos dessa política

O Órgão de Controle e Fiscalização Externos da Política Nacional de Inteligência, do Congresso Nacional, vai discutir a criação de um conselho parlamentar para promover o controle e fiscalização do setor. Na reunião, marcada para às 17h30 desta quarta-feira, também será discutida a proposta da Política Nacional de Inteligência, encaminhada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ao Congresso Nacional em abril do ano passado.

A criação do Conselho Parlamentar de Fiscalização e Controle da Política Nacional de Inteligência (CPNI) é prevista em projeto de decreto legislativo apresentado ano passado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e vários outros senadores. De acordo com a proposição, o órgão será integrado pelos líderes da maioria e da minoria na Câmara e no Senado, além dos presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas.

O projeto estabelece, entre outras coisas, que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) encaminhará para a apreciação do CPNI relatórios trimestrais sobre suas atividades. O conselho pode-



Projeto que institui o conselho é de iniciativa do senador Eduardo Suplicy

rá convocar qualquer autoridade ou servidor vinculado ao Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) para prestar informações. O CPNI poderá entrar com representação junto ao Ministério Público Federal relatando atividades da Abin praticadas com exorbitância legal, para que sejam punidos os responsáveis.

De acordo com a justificação do projeto, a maior preocupação "foi assegurar que as atividades dos serviços de informação do governo federal não desbordem dos limites de suas atribuições, para atu-

ar como mero órgão de espionagem a fim de promover a perseguição dos adversários políticos do presidente da República e seus auxiliares diretos".

Já a proposta de Política Nacional de Inteligência do governo define como seus principais objetivos a produção de conhecimentos de inteligência para assessorar o chefe de Estado; a proteção de conhecimentos sensíveis a respeito dos interesses e da segurança do Estado e da sociedade; e o desenvolvimento, aperfeiçoamento e consolidação do Sisbin.

De acordo com o documento encaminhado ao Congresso, "a atividade de inteligência será utilizada como instrumento de Estado, com observância da legislação do país, dos direitos e das garantias individuais, da fidelidade às instituições democráticas e da conduta de seus servidores". O Sisbin será constituído pelos "órgãos e entidades da administração pública federal e conveniados, estaduais, municipais e privados, que, direta ou indiretamente, possam produzir conhecimentos de interesse para a atividade de inteligência".

## Tebet apóia pleitos da bancada feminina

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu na quinta-feira, em seu gabinete, a bancada feminina do Congresso Nacional, que solicitou o apoio do senador para os projetos em tramitação nas duas Casas legislativas que visam à melhoria das condições sociais e profissionais da mulher.

O senador disse que está atento aos pleitos das parlamentares e comprometeu-se a auxiliar na agilização das matérias que estão sendo apreciadas pelo Senado, em particular aquelas que combatam todo tipo de violência contra a mulher.

Ele também anunciou que irá entrar em entendimento com o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, para acertar uma forma de implantar o Conselho Nacional de Comunicação, visando debater medidas que possam evitar a exploração "excessiva e degradante" da imagem feminina pelos meios de comu-



O presidente do Senado comprometeu-se a auxiliar na agilização de projetos que combatem todo tipo de violência contra as mulheres

nicação.

Tebet afirmou que irá apoiar iniciativas que estimulem o crescimento da participação feminina na política. "Eu percebo que a mulher avançou significativamente em todos os setores, mas as estatísticas mostram que ela ainda detém pouco espaço no cenário político, como vemos aqui (*no Senado*), onde tem me-

nos de 10% das vagas de senadores", observou.

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS), uma das integrantes da bancada, entregou ao presidente do Senado a programação prevista para o movimento, que será marcada pela realização, no dia 25 de novembro, do Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher.

## Maldaner ressalta trabalho contra erro médico

Alertando que não pretendia prejudicar ou condenar qualquer profissional da área de saúde, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou quinta-feira em Plenário que “não há mais como ignorar a questão do erro médico”. Maldaner destacou o trabalho da Associação das Vítimas de Imprudência, Negligência e Imperícia Médica (Asvinime), entidade sem fins lucrativos de Santa Catarina dedicada a promover o amparo e a orientação a pessoas que tiveram problemas com erro médico.

Presidida por Dirceu Alceu Mocolim, a associação se propõe, segundo o senador, a advertir os profissionais de medicina, clínicas e laboratórios sobre os riscos que correm se, no exercício profissional, praticar atos de imprudência, negligência ou imperícia.

De acordo com Maldaner, a associação recebeu o apoio de cerca de dez países em questões relacionadas a dano estético, exames laboratoriais e imperícia médica e hospitalar. “O presidente da associação registra que, em apenas nove meses de funcionamento, estão sendo atendidos aproximadamente três casos por semana de denúncias de erros médicos, confirmando-se dois deles”. Informou ainda que existem pelo menos 300 mil processos de reparação à espera de decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

### FISCALIZAÇÃO

Casildo Maldaner reconhece a complexidade que envolve a discussão do erro médico, mas se solidariza à luta da Asvinime para quebrar o mito de “semideuses” que cerca a profissão. “A realidade inafastável é a de que os médicos são apenas humanos”, diz. No seu ponto de vista, a associação defende com acerto a redução do número de casos de erro.

Para isso “será imprescindível um eficiente sistema de fiscalização, modernização e aparelhamento dos hospitais, maior qualificação profissional, melhores universidades e, sobretudo, amor aos pacientes”.

# Mãe adotante pode adquirir direito à licença-maternidade

Os projetos que prevêem o benefício, além do salário-maternidade, devem ser votados quarta-feira pela Comissão de Assuntos Sociais

Os projetos de lei que tratam da concessão de licença-maternidade e do salário-maternidade para mulheres que adotarem ou obtiverem a guarda judicial de crianças devem ser votados na próxima reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), prevista para quarta-feira, às 9h. As propostas serão votadas em caráter terminativo, a não ser que haja recurso para votação em Plenário.

O ex-senador Júlio Eduardo relatou os projetos. Ele votou pela aprovação da proposta apresentada pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) e pelo arquivamento da proposta da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR). O projeto de Maldaner de-

termina que o prazo de licença-maternidade será de 120 dias para empregadas – inclusive as domésticas – que adotarem ou obtiverem a guarda judicial de crianças de até 5 anos de idade.

Para as crianças maiores de 5 anos, o benefício será de 30 dias. Em ambos os casos, a proposta garante o recebimento do salário-maternidade durante a licença.

Na justificativa, Maldaner lembra

que alguns juízes estenderam judicialmente a licença-maternidade às mães adotantes, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) “não admitiu a aplicação analógica do benefício”. Para o senador, a medida pode trazer benefícios so-

ciais, como a “redução do número de menores abandonados e preservação da saúde das crianças adotadas, com a melhoria do padrão alimentar, educacional e das condições sanitárias”.

Também trata da maternidade o projeto de lei do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que proíbe o trabalho da mulher grávida no período de oito semanas antes do parto até 12 semanas após o nascimento da criança. O projeto – que também tramita em caráter terminativo – teve parecer contrário do relator, senador Moreira Mendes (PFL-RO).

Outra matéria a ser votada pela CAS é o projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que obriga produtos de limpeza doméstica a indicar no rótulo os riscos e perigos que podem trazer para quem os utiliza.

*Casildo Maldaner, autor de um dos projetos, quer garantir à trabalhadora, inclusive doméstica, licença de 120 dias*

## CAE vota isenção de IR para doente hepático grave

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examinará amanhã projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que isenta de pagamento do Imposto de Renda os aposentados por doenças hepáticas graves (fígado) ou por fibrose cística (pâncreas ou pulmões). Atualmente, não pagam IR os aposentados devido a enfermidades, como Aids, cardiopatias graves, câncer, cegueira e transtornos mentais.

Tião Viana argumenta que as doenças hepáticas graves e a fibrose cística são crônicas e, quando não levam o paciente à

morte, exigem a realização de cirurgia complicada, como o transplante de fígado. Mesmo com transplante, a vida do doente não volta à normalidade, pois o paciente é obrigado a tomar medicamentos de forma permanente. Esses tratamentos exigem gastos do paciente, mesmo que ele seja atendido em hospitais públicos, argumenta o senador.

O projeto também retira da lista de isenções os aposentados por terem contraído tuberculose ou hanseníase. Essas doenças, segundo Tião Viana, já são curáveis e o Sistema Único de Saúde (SUS) ofe-

rece tratamento gratuito para elas. A proposta conta com parecer favorável, apresentado pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG).

Também amanhã a CAE deve discutir projeto de lei do senador Edison Lobão (PFL-MA) que institui o Programa Nacional de Bolsas de Estudo, destinado a beneficiar estudantes pobres de municípios onde há falta de vagas nas escolas públicas. A Constituição prevê que, quando o estado não tiver condições de oferecer gratuitamente o ensino básico, a União oferecerá bolsas em escolas sem fins lucrativos.

## Ramez Tebet elogia simpósio sobre obesidade

Ao chamar a atenção para “o paradoxo que existe no planeta, onde milhões de pessoas morrem de fome enquanto outras sofrem com a obesidade”, o presidente do Senado, Ramez Tebet, abriu na manhã de quinta-feira o simpósio Qualidade de Vida – Obesidade: uma Epidemia. O encontro, realizado no auditório Petrônio Portela, contou com a participação de representantes de diversas entidades médicas nacionais e internacionais.

– A sociedade precisa viver em harmonia e buscar como salvar



Tebet: simpósio é exemplo de como ciência pode se aliar à política em busca de soluções

vidas e não como exterminá-las, como está acontecendo hoje com os conflitos militares. A iniciativa desse simpósio é um exemplo de como a ciência e a alta tecnologia aliadas à política podem contribuir nesse sentido – afirmou Ramez Tebet.

O presidente disse ter ficado surpreso de saber que o mundo tem 300 milhões de pessoas obe-

sas. “Eu não tinha atentado para a gravidade do problema, mas estou confiante no grau de conscientização da sociedade. Há muita coisa a consertar e nós estamos avançando no campo da saúde.”

Tebet parabenizou o empenho dos senadores Tião Viana (PT-AC), um dos organizadores do simpósio, e Romeu Tuma (PFL-SP), presidente da Comissão de Assuntos Sociais, por colocar em debate o tema da obesidade.

Tião Viana informou que já existe projeto de lei, em tramitação na Casa, que prevê programas de prevenção da obesidade.

## Lauro Campos lança novo livro na quarta-feira

O senador Lauro Campos (PDT-DF), professor de Economia da Universidade de Brasília (UnB), lançará novo livro quarta-



Lauro Campos

feira, às 19h, no restaurante Carpe Diem, em Brasília. Intitulado *A Crise Completa – A Economia Política do Não*, o livro é uma leitura alternativa “ao pensamento único que tem dominado a economia capitalista desde o final dos anos 70”, conforme definição do próprio senador.

Autor de *A Crise da Ideologia Keynesiana*, Lauro Campos diz em seu novo livro, depois de analisar o capitalismo, que esse sistema econômico enfrenta hoje o problema da substituição da inflação pela dívida pública. “Os governos aumentam suas dívidas (financiando obras de infraestrutura, funcionalismo, etc.) para retirar dinheiro de circulação e, com isso, controlar a inflação.” O endividamento governamental teria encontrado agora seu limite em todo o mundo, de acordo com o senador, especialmente entre os países emergentes.

Lauro Campos é integrante da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

## Jonas Pinheiro homenageia Roberto Campos

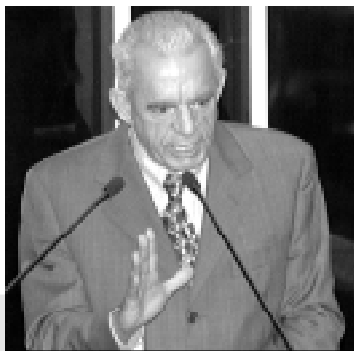
O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) homenageou quinta-feira o economista Roberto Campos, falecido terça-



Jonas Pinheiro

feira. Jonas Pinheiro afirmou que Campos, morto de enfarte aos 84 anos, foi “um brasileiro notável e o Senado deve prestar homenagem ao trabalho, à obra e à vida do ex-ministro e ex-senador”, que exerceu diversos cargos públicos.

Jonas Pinheiro lembrou que Campos nasceu no dia 17 de abril de 1917, em Mato Grosso. Ex-seminarista, formação que lhe garantiu disciplina e raciocínio lógico, foi embaixador, participou da criação do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Petrobras e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Foi duas vezes senador: a primeira em 1982, por Mato Grosso, e a segunda em 1990, pelo Rio de Janeiro.



Projeto de Iris Rezende beneficia universitários carentes que estudam em instituições privadas

## Iris propõe programa de bolsa de estudo

Projeto de lei apresentado pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO) autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Nacional de Bolsa de Estudo (PNBE), com o objetivo de beneficiar os alunos carentes das instituições privadas de educação superior. Segundo o parlamentar, é imprescindível o apoio do governo federal aos estudantes aprovados em processos seletivos das universidades particulares que comprovadamente não tenham recursos para pagar as mensalidades.

Iris ressaltou que o ensino superior do país é marcado por cruel dualidade, pois existem ótimas universidades públicas, onde ingressam os filhos de famílias abastadas — alunos de excelentes escolas privadas do ensino fundamental e médio —, e precárias instituições privadas, reservadas aos jovens carentes, vindos de escolas públicas de péssima qualidade.

Injustamente, afirma o senador, os alunos carentes estão pagando mensalidades para as instituições de ensino superior devido à falta de responsabilidade do Estado no cumprimento de seu dever constitucional de garantir ensino básico com padrão de qualidade. Ele argumenta que o aluno pobre não tem condições de frequentar curso diurno em universidade pública porque necessita trabalhar durante o dia para a sua subsistência e a dos seus familiares. Assim, acrescenta, as universidades estaduais e federais ficam lotadas daqueles alunos que não necessitam trabalhar e têm pais para mantê-los, e nas instituições particulares estão os alunos carentes.

A matéria está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos e depois irá à Comissão de Educação, onde deverá ter decisão terminativa — ou seja, a decisão da comissão equivalerá à do Senado, salvo se houver recurso para apreciação em Plenário.

# Ademir pede derrubada do veto a Filosofia e Sociologia

Senador critica posição do presidente da República, contrária ao projeto aprovado pelo Congresso, e rebate as justificativas apresentadas por FHC

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) pediu que o Congresso Nacional derrube o veto presidencial ao projeto da Câmara dos Deputados que torna obrigatório o ensino de Filosofia e Sociologia no nível médio. Ademir protestou contra a decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso, contrária ao projeto aprovado depois de intensa discussão na Câmara e no Senado. Para o senador, Sociologia e Filosofia são fundamentais para melhorar a capacidade de reflexão e aumentar o senso crítico dos estudantes, e a atitude do governo é uma falta de respeito para com a população e o Congresso.

O parlamentar rebateu os argumentos do governo que motivaram o veto: a falta de recursos para o pagamento dos profes-



Segundo Ademir, o governo só se preocupa com o sistema financeiro internacional

res e a falta de profissionais no mercado para suprir a exigência. Na opinião de Ademir, um governo que gasta R\$ 4 bilhões mensais para pagar o serviço da dívida pública teria condições de pagar duas horas de aulas semanais das

disciplinas. “O governo só se preocupa com o sistema financeiro internacional e não com o povo brasileiro”, disse. E, segundo Ademir, existem no Brasil profissionais suficientes para atender à demanda.

Fernando Henrique, lembrou Ademir, tem como formação a Sociologia, embora tenha pedido para todos esquecerem aquilo que escreveu antes de assumir a Presidência.

O senador disse ainda que apenas um governo que não leva a sério o ensino superior deixaria as greves das universidades públicas se prolongarem por tanto tempo sem negociar ou dialogar com os grevistas. “Se a greve fosse dos funcionários do Ministério da Fazenda, seria diferente”, afirmou.

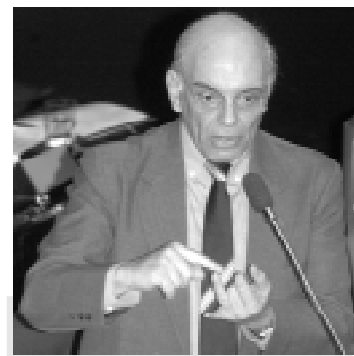
## Távola: posição presidencial é “ponderada”

O líder do governo no Senado, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), classificou de “ponderado” o veto presidencial ao projeto que incluía as disciplinas de Sociologia e Filosofia no currículo escolar das escolas de ensino médio de todo o país. Para ele, as duas matérias já são devidamente abordadas por professores de História, Geografia e Comunicação e Expressão.

Além disso, no entender de Artur da Távola, a inclusão de Sociologia e Filosofia na grade escolar

iria inchar o currículo escolar que, observou, já está no limite, de acordo com especialistas. Ele lembrou também que não existem professores suficientes para ministrar as matérias, principalmente Sociologia.

— O veto presidencial ao projeto aprovado pelo Congresso, portanto, não é arbitrário — declarou Artur da Távola, lembrando que as disciplinas de Sociologia e Filosofia se confundem, principalmente, com o ensino de História.



Artur da Távola afirma que o veto presidencial ao projeto não é arbitrário

## Saturnino espera movimento contra decisão

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) protestou contra o veto ao projeto de lei que inclui as disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do ensino médio. “Quem diria que um sociólogo na Presidência da República fosse vetar a Sociologia?”, perguntou. Para o senador, o governo tem “uma visão que privilegia o operacionalismo e a eficácia”. Saturnino disse que está na expectativa de um movimento nacional pela derrubada do veto.

Saturnino protestou, também,



Roberto Saturnino diz que ministro da Educação está “engessado” pelo da Fazenda

contra a atitude do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que está ignorando pedido dos senadores integrantes da subcomissão criada para intermediar as negociações com os professores universitários em greve. Segundo ele, o ministro se retirou do diálogo porque não tem nada a fazer ou a dizer, pois está engessado pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, que decidiu aplicar a história do “bode na sala” retendo os salários dos professores.

O senador Casildo Maldaner

(PMDB-SC) solidarizou-se com Saturnino e lembrou que o projeto foi fruto de prolongado debate. Segundo ele, a política do governo para a educação está colocando a mecânica sobre a lógica. “Está faltando filosofar um pouco”, afirmou.

O senador Lauro Campos (PDT-DF) concordou com Saturnino e propôs que uma sessão inteira fosse dedicada à discussão do assunto.

Saturnino disse ainda que, se o governo mantiver a atual política econômica, não haverá recursos para a educação nem para nada que não seja o pagamento da dívida pública. Ele sugeriu que seja reduzido o pagamento de juros e que os recursos sejam aplicados em áreas de prioridade máxima.



Para Álvaro Dias, o veto não surpreenderia se viesse de um governo autoritário

## Álvaro se diz surpreso com decisão de FHC

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) disse estar surpreso com decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso, um sociólogo, de vetar o projeto de lei que prevê a inclusão de Sociologia e Filosofia no currículo escolar do ensino médio. “Fosse ele um déspota e tivéssemos um governo autoritário, não nos surpreenderia. Mas, sendo um presidente eleito por milhões de brasileiros, nos surpreende a decisão de vetar o projeto. Espera-se de um governo democrático o apoio ao avanço da educação”, afirmou.

Para Álvaro, a questão principal é a necessidade de discutir o conceito de escola que se quer para os estudantes brasileiros, “a retrógrada, que só acumula conhecimento, ou a moderna que permite a reflexão sobre o mundo em que vivemos”. Ele disse que Filosofia e Sociologia são matérias indispensáveis para a formação humana e estimulam a capacidade de reflexão dos jovens, possibilitando que sejam agentes transformadores da sociedade.

O senador Lauro Campos (PDT-DF) observou, em aparte, que não fica bem para um presidente sociólogo vetar a Sociologia nas escolas. “Fica parecendo que a Sociologia não vale nada”, assinalou. A senadora Marina Silva (PT-AC) lamentou que Fernando Henrique não tenha sensibilidade e não esteja afinado com as necessidades de atualização de conhecimentos que as pessoas precisam para enfrentar as exigências de um novo mercado de trabalho.

Álvaro Dias também rebateu os argumentos do governo de que não existe número suficiente de professores para suprir essa nova demanda e que não há recursos suficientes para pagá-los. “Fernando Henrique já afirmou no passado que educação não é despesa, é investimento”, recordou.

## TV Senado exhibe hoje especial sobre a fome

Programa, que tem participação aberta ao público, conta com diversos debatedores, como a senadora Heloísa Helena e o bispo Mauro Morelli

No instante em que você terminar de ler esta frase, alguém terá morrido de fome no mundo. Isso acontece a cada 3,6 segundos. Só no Brasil, de acordo com dados da FAO, o órgão das Nações Unidas para a agricultura e a alimentação, são 16 milhões de pessoas passando fome. Um problema histórico, para o qual já foram propostas as mais variadas soluções. A TV Senado vai abrir espaço para esse debate, com uma edição especial do programa *Cidadania*, ao vivo, com três horas de duração e a participação de representantes dos mais variados setores da sociedade. O programa vai ao ar hoje, às 21h.

Estão confirmados como debatedores a senadora Heloísa Helena (PT-AL), o representante no Brasil da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), José Tubino; o bispo de Duque de Caxias (RJ),



Dom Mauro Morelli e a secretária Wanda Engel participam da edição especial do programa *Cidadania*, que vai ao ar às 21h



dom Mauro Morelli; a secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência, Wanda Engel, e o coordenador do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar, Francisco Antônio da Fonseca Menezes.

No auditório do Interlegis (Via N2, Anexo E do Senado), 100 lugares estarão reservados para a participação do público. Lá esta-

rão também outros convidados especialmente destacados para fazer intervenções. Durante o programa as pessoas também poderão participar por *e-mail*, por fax ou por telefone. Serão exibidas reportagens que aprofundarão diversos aspectos do tema em debate e, nos intervalos, depoimentos gravados com pessoas das mais variadas origens e profissões.

## Lindberg espera que Ford pague indenização aos ex-distribuidores

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) criticou o tratamento dado pela Ford a seus ex-distribuidores. Em nome da Associação Brasileira dos ex-Distribuidores Ford, o senador exigiu que a montadora devolva aos seus ex-concessionários o que lhes é devido. Lindberg acusou a Ford de ter promovido, desde 1995, um descredenciamento abrupto de mais de 312 concessionários, em um universo de 427 distribuidoras.

— Sob o pretexto de criar as chamadas *mega dealers* (grandes revendedoras), a Ford foi eliminando do seu caminho as concessionárias. Só que diferente da matriz norte-americana, que, cumprindo a legislação que lá funciona, indenizou a todos os seus concessionários — afirmou.

A medida, na avaliação do senador, prejudicou antigos colaboradores da montadora norte-americana, que tiveram o patrimônio aniquilado à custa de pressões. Alguns deles, acrescentou Lindberg, com dívidas impossíveis de serem liquidadas, junto



Segundo Lindberg Cury, montadora descredenciou 312 concessionários desde 1995

ao Banco Ford.

Na avaliação do senador, a unidade de Camaçari (BA), inaugurada na sexta-feira, representa a tentativa da Ford de recuperar espaço no mercado brasileiro. “Depois de se instalar no Brasil em 1919, merecer por mais de meio século a liderança absoluta na preferência do público consumidor, a empresa negligenciou sua atuação e perdeu espaço, detendo hoje 3,93% de participação no mercado”, afirmou Lindberg, que foi proprietário de

uma concessionária Ford em Brasília por 37 anos.

O pleito dos ex-concessionários Ford recebeu o apoio dos senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Marina Silva (PT-AC) e Emilia Fernandes (PT-RS). Tuma citou o exemplo de João Zarife, antigo proprietário da Santo Amaro Distribuidora, em São Paulo, que foi a maior revendedora da América do Sul. Lindberg Cury lembrou que Zarife vive hoje na miséria, e sofreu um enfarte provocado pelos problemas com a gestão imposta pela Ford.

Emilia observou que o ex-governador do Rio Grande do Sul Antonio Brito ofereceu condições especiais para a Ford se instalar no estado, tais como isenção de impostos e facilidades de financiamento. Mesmo assim, a montadora fez novas exigências que acabaram inviabilizando sua instalação, disse a senadora.

— A Ford se retirou do estado e não perdemos nada — afirmou Emilia Fernandes.

## Bezerra propõe incentivo a farmácias de manipulação

Projeto de lei apresentado pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) cria, no âmbito do Ministério da Saúde, o programa Incentivo à Implantação e Operação de Farmácias Populares de Manipulação, para a produção de medicamentos essenciais. O objetivo do programa, explica o senador, é contribuir para o equacionamento do grave problema da assistência farmacêutica no país, institucionalizando experiências que deram certo nessa área.

Carlos Bezerra ressaltou que a experiência de implantação e operação de farmácias de manipulação por municípios e associações para a produção de remédios essenciais tem mostrado bons resultados em várias partes do país. A experiência, acrescentou o parlamentar, não tem apenas dado acesso a esses bens essenciais a um grande segmento da população que estava sem possibilidade de comprá-los, mas também demonstra sua viabilidade econômica e financeira.

O senador citou também a iniciativa do Ministério da Saúde de instituir o Programa de Incentivo



Carlos Bezerra: remédios manipulados chegam a ser 90% mais baratos que os vendidos em farmácias comerciais

à Assistência Farmacêutica Básica, “cujos resultados mostram a ampliação do acesso ao medicamento e uma boa relação custo e benefício”. Ele argumenta que os custos dos produtos manipulados chegam a ser 90% menores que os dos remédios vendidos em farmácias comerciais.

O projeto está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e depois segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde deverá ter decisão terminativa — ou seja, a decisão da comissão equivale à do Senado como um todo, salvo se houver recurso para que a matéria seja votada em Plenário.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h — *De Coração* — “Desnutrição Hospitalar”, com dr. Daniel Magnoni  
6h30 — *Agenda Econômica* — O diretor da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), Renato Baumann, fala sobre a fome na América Latina. O professor Dércio Munhoz fala sobre a crise econômica internacional  
7h30 — *Entrevista* — O jornalista Paulo José Cunha fala sobre mídia e fome  
8h — *Arquivo Aberto* — CPls que deram certo  
8h30 — *De Coração* — “Desnutrição Hospitalar”, com dr. Daniel Magnoni  
9h — Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática — Audiência pública para ouvir Evandro Guimarães (Abert), Fernando Martins (ANJ), Roberto Wagner Monteiro (Abratel), Elisabeth Villela da Costa (Fenaj) e Murillo de Aragão (Aneer) (gravado)  
11h30 — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos  
12h — *De Coração* — “Desnutrição Hospitalar”, com dr. Daniel Magnoni  
12h30 — *Entrevista* — O jornalista Paulo José Cunha fala sobre mídia e fome  
13h — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade  
13h30 — *Agenda Econômica* — O diretor da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), Renato Baumann, fala sobre a fome na América Latina. O professor Dércio Munhoz fala sobre a crise econômica internacional  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos

19h — *Agenda Econômica* — O diretor da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), Renato Baumann, fala sobre a fome na América Latina. O professor Dércio Munhoz fala sobre a crise econômica internacional  
20h — *Entrevista* — O jornalista Paulo José Cunha fala sobre mídia e fome  
20h30 — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
21h — *Cidadania Especial* — A fome no Brasil (ao vivo)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

7h — Música, informação e serviços  
7h30 — *Senado Notícias* em ondas curtas para regiões Norte/Nordeste  
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h — Música, informação e serviços  
9h30 — *Festa de Aramba* — Nos tempos da *Jovem Guarda*  
Em seguida — Música, informação e serviço  
13h30 — *Festa de Aramba* — Nos tempos da *Jovem Guarda* (reprise)  
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da Tarde  
14h30 — Sessão Plenária do Senado  
19h30 — *A Voz do Brasil*  
20h — Música, informação e serviços  
20h30 — *Festa de Aramba* — Nos tempos da *Jovem Guarda* (reprise)  
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite  
23h — *Vozes do Século XX*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

# Marina cobra medidas para proteção de mangues

A especulação imobiliária, a poluição e a carcinicultura estão colocando em risco a reprodução de espécies marítimas e o sustento de populações ribeirinhas que sobrevivem da pesca e da coleta de mariscos, ostras e caranguejos, disse a senadora

## PEC de Simon garante instalação de municípios

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou projeto assegurando a instalação de municípios que iniciaram o processo de emancipação antes da emenda constitucional que limitou a criação de novas unidades municipais, promulgada em 12 de setembro de 1996. "O processo de emancipação de diversos municípios, quando da edição da emenda, já havia sido iniciado, com a realização dos plebiscitos previstos na legislação", explicou o senador.

Simon chama a atenção para o fato de que muitos desses municípios "já estão em pleno funcionamento". O objetivo do senador é regularizar as situações de fato. "O retorno desses municípios para as áreas das quais foram desmembrados criaria problemas econômicos e administrativos insolúveis, tanto para os emancipados como para aqueles dos quais foram desmembrados."

O projeto tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda a escolha do relator.



Mozarildo Cavalcanti é o presidente da CPI das ONGs

## Deputado será ouvido amanhã na CPI das ONGs

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) criada para apurar denúncias de irregularidades em organizações não-governamentais (ONGs) reúne-se amanhã, às 17h30, sob a presidência do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

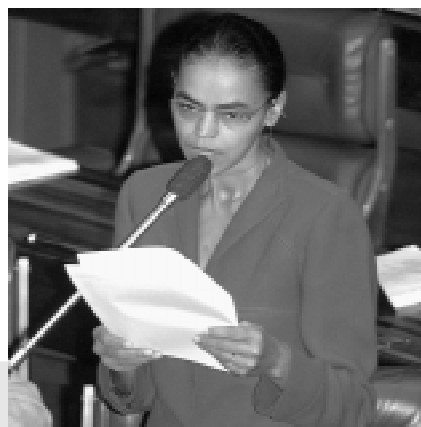
Na reunião, será tomado o depoimento do deputado Sérgio Carvalho (PSDB-RO), relator da CPI da Câmara sobre grilagem de terras na Amazônia.

A senadora Marina Silva (PT-AC) cobrou em Plenário maior agilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) contra a degradação dos manguezais nordestinos. Ao lado da especulação imobiliária e da poluição, a expansão da carcinicultura (cultura de crustáceos) foi apontada por Marina como um dos principais fatores de destruturação do processo reprodutivo de espécies marinhas e do sustento das populações ribeirinhas que sobrevivem da pesca e coleta de mariscos, ostras e caranguejos.

Segundo a senadora, comunidades e entidades ambientalistas já encaminharam sua preocupação sobre o problema ao presidente do Ibama, Hamilton Casara. "Essas fazendas de camarão estão destruindo a possibilidade de existência de vida digna das

comunidades extrativistas marinhas do litoral do Nordeste", afirmou. Marina Silva informou que a situação dos mangues se agravou nos últimos 15 anos, advertindo que as áreas remanescentes estão ameaçadas também pelo despejo de rejeitos urbanos e industriais.

Entre as queixas das comunidades extrativistas e entidades ambientalistas contra a carcinicultura, destacam-se a poluição dos manguezais por restos de ração e substâncias químicas usadas nos viveiros, o que vem reduzindo a diversidade biológica da área, e a impossibilidade de acesso a pontos tradicionais de retirada de mariscos, ostras e crustáceos. "Se antes o manguezal era fonte de abundância biológica e alimentar, hoje é o retrato da escassez, opressão e in-



Segundo Marina Silva, "se antes o manguezal era fonte de abundância, hoje é retrato da escassez"

segurança."

Embora concorde com as denúncias, Marina esclarece que não é contra a carcinicultura. Na sua opinião, é fundamental que haja conciliação das perspectivas econômica e socioambiental na exploração da atividade. "En-

quanto o Ministério do Meio Ambiente vem se preocupando em preservar os manguezais, o Ministério da Agricultura vem incentivando a criação de camarão, com o objetivo de estimular as exportações e aumentar a arrecadação de impostos."

A senadora reconheceu o empenho do presidente do Ibama em combater as irregularidades. Segundo disse, Hamilton Casara chegou a propor que o Centro Nacional das Populações Tradicionais (CNPT) assumisse a criação de reservas extrativistas em manguezais. Além de contribuir para a preservação desses ecossistemas, observou Marina, as reservas devem permitir a melhoria das condições de vida das populações que sobrevivem da extração de mariscos, ostras e crustáceos em mangues, como a da Encarnação, no litoral da Bahia.

## Protocolo beneficia Rio Parnaíba, diz Freitas

O senador Freitas Neto (PSDB-PI) registrou a assinatura de protocolo, no dia 8, entre o Ministério do Meio Ambiente e os Ministérios Públicos do Maranhão e do Piauí, visando ao desenvolvimento sustentado e à preservação da bacia hidrográfica do Rio Parnaíba.

De acordo com o protocolo, o Ministério Público compromete-se a responsabilizar civil e penalmente todos os que explorarem de forma abusiva o meio ambiente, assim como os que se beneficiarem da prática. Caberá também ao Ministério Público a adoção de outras medidas que garantam a preservação ambiental na região, como a criação de promotorias



Freitas Neto: acordo foi assinado entre Ministério do Meio Ambiente e Ministérios Públicos do MA e PI

regionais de meio ambiente.

O Ministério do Meio Ambiente, ressaltou o senador, terá papel relevante, uma vez que rece-

berá e procurará atender às solicitações dos membros do Ministério Público, bem como prover recursos financeiros para o aparelhamento institucional e desenvolver programas de recuperação do meio ambiente.

Freitas Neto ressaltou que a bacia hidrográfica do Rio Parnaíba é a segunda maior do Nordeste, e insistiu na necessidade de que lhe seja dada a mesma atenção dispensada à bacia do São Francisco. Ele enfatizou a importância da destinação de recursos não apenas para medidas corretivas, mas também preventivas, que impeçam a degradação do meio ambiente e garantam o desenvolvimento sustentado da região.



Suassuna quer a distribuição das cestas "o mais rápido possível"

## Suassuna quer volta das cestas básicas no NE

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) cobrou do governo o reinício, "o mais rápido possível", do programa de distribuição de cestas básicas no Nordeste. O programa anterior, que beneficiava cerca de 1,5 milhão de pessoas com 300 mil cestas, foi suspenso para a realização de mudanças na composição dos itens. O apelo foi feito "aos burocratas" do governo, para que "não deixem o tempo passar".

— Isso significará a morte por inanição dos filhos pequenos de milhares de sertanejos — alertou.

O senador disse que apóia a decisão dos responsáveis pelo programa de passarem a usar os produtos da própria região na composição da cesta básica, principalmente porque isso vai contribuir para reforçar a economia local.

## Teotonio: Canal do Sertão será prioridade

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) elogiou a decisão do presidente Fernando Henrique de incluir o Canal do Sertão, no estado de Alagoas, entre as obras de importância estratégica para o governo federal. Ele informou que o canal se estenderá por 220 quilômetros, permitindo a irrigação de 116 mil hectares em 32 municípios alagoanos, com benefício direto para 700 mil pessoas.

— A construção do canal representa a concretização de um sonho acalentado por mais de 20

anos e fará com que Alagoas tenha o seu vasto semi-árido totalmente irrigado — disse Teotonio Vilela, para quem a obra trará um novo pólo de desenvolvimento.

O senador, que recebeu a notícia do próprio presidente Fernando Henrique, afirmou que o Canal do Sertão, também conhecido como Canal do Moxotó, "é uma aspiração tão antiga quanto a sede de transformar em vida, em riqueza e desenvolvimento a água que escoia São Francisco abaixo até o mar".



Teotonio Vilela Filho informou que o canal foi incluído entre as obras estratégicas do governo

# Távola elogia posição brasileira diante da crise internacional

Na opinião do líder do governo, o fato de o país ser formado pela união de diversas raças, etnias e religiões possibilita uma postura de equilíbrio na política externa

## Comissão vota acordo contra uso ilícito de aviões

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul reúne-se amanhã, às 17h30, para votar projeto de decreto legislativo que trata da cooperação entre Brasil e Paraguai no combate ao tráfico de aeronaves em atividades ilícitas transnacionais. Um dos objetivos do acordo é a troca de informações entre os dois países e o treinamento de pessoal especializado que trabalhará no controle do tráfico aéreo.

Outro ponto da pauta da comissão é o projeto de lei da Câmara que estabelece critérios para a aplicação das regras de origem de produtos previstas no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), às quais os produtos comercializados internacionalmente são submetidos.

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul é presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR).

O Brasil tem adotado a posição apropriada diante do conflito envolvendo os Estados Unidos e o Afeganistão, avaliou o líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ). O fato de o Brasil ser formado pela união de diversas raças, etnias e religiões possibilita, no entendimento do senador, a adoção de uma postura de equilíbrio na política internacional.

— O Brasil é um país periférico, que tem tido uma afirmação crescente na política internacional, mas que não está no centro dos acontecimentos e não tem, de modo acerbado, a luta religiosa, o ódio entre povos. A posição brasileira nessa matéria tem sido extremamente respeitável. Em nenhum momento pactuou com um dos lados —



Segundo Artur da Távola, o governo brasileiro está aberto à discussão

lisou Távola.

O senador chamou atenção para um fato novo na política mundial: a existência de um fundamentalismo de caráter religioso e de uma fé cega nos ditames do mercado, que também constitui uma espécie de fundamentalismo. Essa oposição, continuou, criou impasse que vem sendo tratado por intermê-

dio da guerra.

Távola, porém, mostrou-se otimista com relação à possibilidade de que as nações consigam o entendimento. E o Brasil, sustentou, tem papel relevante no processo.

— O governo brasileiro está aberto à discussão e receberá as opiniões contraditórias com a maior abertura, porque esse tema precisa não de opiniões fechadas, e sim de aten-

ção permanente, para que os valores básicos da humanidade, da fraternidade, da solidariedade, que são os valores construtivos do mundo, possam de novo voltar ao primeiro plano da existência — disse.

Artur da Távola tem dúvidas de que a destruição do regime Talibã, conforme deseja o governo norte-americano, livre o mundo do terrorismo. Da mesma forma, também não tem certeza de que forças terroristas infiltradas em vários países tenham condições e eficácia, com práticas suicidas, de derrubar os pilares do ocidente, em plena era da globalização.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) disse, em aparte, que os acontecimentos de 11 de setembro inauguraram nova modalidade de guerra, na qual não se conhece o inimigo. Diante dessa nova realidade, observou, o Brasil precisa repensar a política de defesa, “inspirada na instrumentação da nação para se defender do inimigo externo”.

## Requião saúda avanço no Mercosul e critica atraso de mudança na urna eletrônica

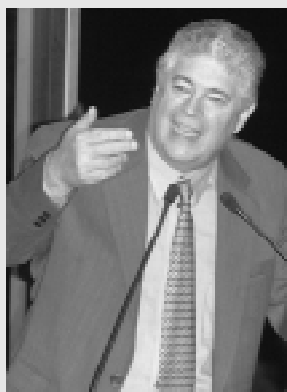
O senador Roberto Requião (PMDB-PR) comentou em Plenário fatos recentes do cenário político-econômico brasileiro que marcaram um “avanço” na negociação do Mercosul e “retrocesso” no sistema eleitoral. Enquanto aplaudiu os esforços do Brasil e da Argentina para solucionar suas pendências comerciais, Requião lamentou a quebra, na Câmara dos Deputados, do regime de urgência na tramitação de projeto de sua autoria que prevê a impressão de comprovante do voto eletrônico.

Na condição de presidente da Comissão Mista do Mercosul, o senador do Paraná acompanhou reunião entre as equipes econômicas brasileira e argentina com empresários em São Paulo. Ele destacou a decisão de se formar uma comissão tripartite para estabelecer, dentro de 15 dias, um processo de seguranças e salva-

guardas comerciais entre os dois países.

“A disposição do Brasil de reverter sua posição de tripudiar sobre a situação argentina é digna de elogios”, afirmou. Ao render homenagens ao presidente Fernando Henrique e ao Ministério das Relações Exteriores pelo feito, Requião declarou que não será possível permitir que haja qualquer empecilho, como os interesses da indústria, à união do Brasil e da Argentina para superação da presente crise.

Quanto aos entraves à aprovação da impressão do voto eletrônico, o senador peemedebista responsabilizou o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mi-



Requião diz que interferência de Jobim retarda a criação de sistema eleitoral mais confiável

nistro Nelson Jobim, pela supressão do regime de urgência na Câmara. No seu ponto de vista, o fato inviabilizou todo o esforço do Senado para agilizar a criação de um sistema eleitoral mais confiável no Brasil.

“Em vez do entendimento, o ministro Jobim preferiu interferir para quebrar a urgência e, assim, a aprovação da matéria foi retardada”, disse. Requião também creditou ao presidente do TSE a responsabilidade pela demora da votação do projeto no Congresso, afirmando que “o processo eleitoral no Brasil deixou de ser confiável porque o tribunal impediu as mudanças”.

## Cândido exige informação sobre usina nuclear

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) defendeu em Plenário mais acesso da população a informações sobre a usina nuclear de Angra dos Reis e a criação de um conselho do qual façam parte a sociedade civil e a direção da usina. O senador lembrou que um acidente ocorrido em maio só se tornou público quatro meses depois, e afirmou que a usina nuclear põe em risco direto os 100 mil habitantes de Angra dos Reis.

Cândido criticou o fato de a responsabilidade pelo acidente ocorrido em maio ter sido “empurrada” para um funcionário que estava trabalhando há mais de 14 horas. Segundo ele, a usina está perdendo técnicos para o mercado, não realiza concurso para novas contratações nem paga cursos de atualização para os funcionários. Ele acrescentou que no início deste mês ocorreu novo acidente na usina.

O senador pediu ainda que o Congresso Nacional se posicione sobre a possibilidade de construção da terceira usina nuclear no país e de um submarino nuclear, ressaltando que “é preciso saber qual o custo social disso”.

DOCAS

O senador pediu a atenção do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, para a situação da Companhia Docas do Rio de Janeiro. De acordo com documento do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários dos Portos do Estado do Rio de Janeiro, lido por Geraldo Cândido em Plenário, após a privatização do setor criou-se sério desequilíbrio econômico na companhia. A Docas do Rio não está pagando em dia suas dívidas e deixou os aposentados há sete meses sem pagamento e sem plano de saúde.

Entre as irregularidades denunciadas no documento estão a venda de uma área destinada à expansão do Porto de Angra dos Reis para a prefeitura, e que foi repassada imediatamente a grupo privado; o contrato de terminal de trigo do Armazém 22, realizado sem licitação, e o *leasing* de contêineres em acordo lesivo aos interesses da companhia.



Geraldo Cândido aponta riscos para população de Angra

## Audiência pública debate retomada de agenda sobre Alca

As Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realizam audiência pública conjunta na quarta-feira, às 17h, para debater o tema *Alca — a retomada de uma agenda*. Serão ouvidos sobre a Área de Livre Comércio das Américas o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Horácio Lafer Piva, e o secretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores, Kjild Jacobsen.

No dia seguinte, às 9h, a CAE realiza outra audiência, dessa vez com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral. Ele falará sobre a política de incentivo às exportações.

A sessão de quinta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Antero Paes de Barros, Freitas Neto, Teotônio Vilela e Geraldo Cândido